

**HABEAS CORPUS Nº 570.908 - SP (2020/0080655-1)**

**RELATOR** : **MINISTRO REYNALDO SOARES DA FONSECA**  
**IMPETRANTE** : PAULO APARECIDO BARBOSA  
**ADVOGADO** : PAULO APARECIDO BARBOSA - SP145147  
**IMPETRADO** : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO  
**PACIENTE** : LEANDRO ALVES FANTIN (PRESO)  
**INTERES.** : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO

**DECISÃO**

Trata-se de *habeas corpus*, com pedido de liminar, impetrado em benefício de LEANDRO ALVES FANTIN apontando como autoridade coatora o Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo (Apelação Criminal 0007894.78.2016.8.26.0224).

Segundo consta dos autos, o paciente foi condenado em **28/4/2017**, como incurso no art. 33, *caput*, e §1º, inciso I, e art. 35, *caput*, c/c art. 40, inciso IV, todos da Lei 11.343/2006, e art. 16, *caput*, e parágrafo único, inciso IV, da Lei n. 10.826/2003, à pena total de **13 anos, 9 meses, e 20 dias de reclusão**, a ser cumprido no **regime inicial fechado**, vedado o direito de recorrer em liberdade (e-STJ fls. 13/22).

Contra essa decisão, a defesa interpôs recurso de apelação criminal, o qual, até a presente data, encontra-se pendente de julgamento.

Na presente impetração, a defesa alega o excesso de prazo para o julgamento do recurso de apelação interposto em **18/4/2018**, e que até a presente data se encontra pendente de exame, sem previsão de nova data para realização.

Diante disso, pede, em liminar e no mérito, a revogação da prisão preventiva do paciente, com a expedição do competente alvará de soltura.

É o relatório. **Decido.**

A liminar em *habeas corpus*, bem como em recurso em *habeas corpus*, não possui previsão legal, tratando-se de criação jurisprudencial que

visa a minorar os efeitos de eventual ilegalidade que se revele de pronto.

Em um juízo de cognição sumária, **não visualizo** manifesta ilegalidade no ato ora impugnado a justificar o deferimento da medida de urgência.

No caso vertente, não há elementos suficientes que atestem, de plano, que eventual demora decorra exclusivamente de uma desídia do Tribunal estadual no exame do recurso defensivo.

Ademais, cumpre lembrar o patamar de pena a que o paciente foi condenado, e que [...] a jurisprudência desta Corte Superior é firme em assinalar que as elevadas penas impostas na sentença condenatória devem ser consideradas para fins de análise de suposto excesso de prazo no julgamento da apelação (Informações adicionais do HC n. 448.058/SP, Rel. Ministro ROGERIO SCHIETTI CRUZ, Sexta Turma, julgado em 12/2/2019, DJe 8/3/2019).

Assim, não obstante os fundamentos apresentados na inicial, mostra-se imprescindível uma análise mais aprofundada dos elementos de convicção constantes dos autos, para se aferir a existência de constrangimento ilegal.

Ademais, o pedido liminar confunde-se com o próprio mérito, o qual deverá ser apreciado em momento oportuno, por ocasião do julgamento definitivo do pedido.

Ante o exposto, **indefiro** a liminar. **Recomendo**, entretanto, ao Relator do recurso de apelação que revise a necessidade da manutenção da prisão, nos termos do que determina o art. 316 do Código de Processo Penal, com as alterações promovidas pela Lei n. 13.964/2019, e que imprima celeridade ao julgamento do referido recurso.

Solicitem-se informações à autoridade apontada como coatora, inclusive o envio da senha para acesso aos dados processuais constantes do

# *Superior Tribunal de Justiça*

respectivo portal eletrônico, tendo em vista a restrição determinada pela Resolução n. 121 do CNJ.

Após, encaminhem-se os autos ao Ministério Público Federal.

Intimem-se

Brasília (DF), 03 de abril de 2020.

Ministro REYNALDO SOARES DA FONSECA  
Relator